



Acta n.º3 /06

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2006**

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e seis, pelas catorze horas, reuniram, no *Cine- Teatro de São Luís em Pinhel*, os membros da *Assembleia Municipal*, tendo-se verificado a ausência dos Senhores Deputados Municipais;-----

- a) Deputado Municipal Carlos Fernando Martins Guimarães, tendo justificado atempadamente a sua falta; -----
- b) Deputado Municipal Gonçalo Passos Correia da Cruz;-----
- c) Deputado Municipal Manuel Pinheiro;-----
- d) Deputado Municipal Sérgio Alexandre Raposo Ferreira Paula;-----
- e) Deputado Municipal Vidal Cabral Correia;-----
- f) Francisco António Tavares Sequeira, Presidente de Junta de Freguesia do Azêvo, tendo justificado atempadamente a sua falta; -----
- g) Vítor Manuel Pires dos Santos, Presidente de Junta de Freguesia de Pomares, tendo justificado atempadamente a sua falta; -----
- h) José Fernando Santos Pereira, Presidente de Junta de Freguesia de Vascoveiro.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pinhel, Eng. António Luís Monteiro Ruas, bem como da Senhora Vereadora Eng.ª Irene de Jesus Marques Fortunato da Fonseca, do Senhor Vereador Rui Manuel Saraiva Ventura, do Senhor Vereador Eng. José Manuel Morgado Martins, do Senhor Vereador Prof. Paulo Miguel Dias dos Santos e do Senhor Vereador Prof. Abel Monteiro Grilo. --

A – PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

Constatado existir “*quórum*” para a realização da Sessão, deu-se início aos trabalhos.-----



Faziam parte da ordem de trabalhos da Sessão, previamente convocada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng. *José António Sales Gomes*, os seguintes pontos:-----

- 1) *Análise e Votação da acta da Sessão do dia vinte e um de Abril de dois mil e seis;*
- 2) *Período de antes da Ordem do Dia;* -----
- 3) *Período da Ordem do Dia:* -----
 - a) *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira;* -----
 - b) *Pedido de autorização para a contratação de um empréstimo até ao montante de € 981.715,27 (novecentos e oitenta e um mil setecentos e quinze euros e vinte e sete cêntimos) à Caixa Geral de Depósitos;*-----
 - c) *Proposta de reestruturação Orgânica do quadro de pessoal do Município;*-----
- 4) *Intervenção do Público.* -----

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal antes de dar início ao *Período Antes da Ordem do dia* felicitou a nova Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dr.^a Maria da Luz Neves Moreira Duarte, em nome da Assembleia Municipal, uma vez que será uma mais valia para o engrandecimento do Concelho de Pinhel. -----

Continuando, felicitou o Senhor Presidente de Junta de Freguesia das Freixedas pelo facto de ter ganho o acto eleitoral, o qual não foi uma recandidatura, uma vez que a Junta caiu.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a conhecer a correspondência chegada até ao momento, lendo-a e, que se transcreve:-----

Convite para sessão pública sobre o PNPOT

“O programa Nacional da Política de ordenamento do Território (PNPOT) encontra-se em fase de discussão pública. Por essa razão, todos são chamados a participar, nomeadamente, através da página da Internet criada para o efeito em



www,territorioportugal.pt. Porém, um programa desta relevância, que procura definir um modelo territorial para o país, exige também uma reflexão conjunta de todos os interessados. Por isso, a CCDRC, em colaboração com a DGOTDU, está a organizar uma Sessão Pública para discussão do PNPOT e das propostas para a região centro.

Assim, venho convidá-lo a participar nessa sessão que terá lugar no Auditório da CCDRC, em Coimbra no próximo dia 22 de Junho, das 14h30m às 18h00, conforme programa em anexo.”-----

Seguidamente o programa Nacional da Política de ordenamento do Território (PNPOT), o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que se encontra em suporte informático para quem quiser se pronunciar.-----

Deliberação do encerramento dos Serviços de Urgência nocturnos no Centro de Saúde de Pinhel

“ Em resposta ao ofício enviado ao Senhor Ministro da Saúde coma tomada de posição desta Junta de freguesia de Pinhel sobre o encerramento dos Serviços de Urgência nocturnos no Centro de Saúde de Pinhel, obtivemos uma resposta deste ministério da qual envio a V. Ex.ª uma fotocópia para lhe dar conhecimento. -----

Tenho presente ofício do Gabinete de Sua excelência o Ministro da Saúde que acompanha carta enviada por V. Ex.ª a 2 de Maio de 2006, em que é abordado o encerramento dos Serviços de urgência nocturnos no Centro de Saúde de Pinhel, que muito agradeço.-----

Nesta oportunidade, cabe-me esclarecer que o trabalho que tem vindo a ser feito no âmbito da definição da rede de urgência/emergência para o País, estratifica as urgências em três níveis: unidades básicas de urgência, urgência médico-cirúrgicas e urgências polivalentes. A proposta de localização dos diferentes níveis de urgência para a região centro baseou-se nos seguintes critérios:-----

- i. Os critérios emanados pela Direcção Geral de Saúde;-----*
- ii. A consideração de realidades geodemográficas muito próprias das áreas cobertas por alguns Centros de saúde;-----*
- iii. A existência de unidades hospitalares ou de doentes internados;*



- iv. *As variações sazonais da população de alguns concelhos;-----*
- v. *A existência de unidades industriais e a gravidade das situações que não se compadecem com demoras no atendimento de urgência;-----*
- vi. *Os movimentos pendulares das populações que não permitam aos seus utentes o recurso aos Centros de Saúde durante o horário de trabalho;-----*
- vii. *Razões de sustentabilidade económica.-----*

Para além dos critérios enunciados, houve ainda a intenção, claramente assumida, de estabelecer uma rede de urgência com recursos humanos e técnicos correspondentes ao programa funcional do respectivo nível. Por outras palavras, a requalificação da rede de urgências destina-se a desenvolver, no terreno, um linguagem de verdade. Dado que os actuais SAP não são urgências, torna-se necessário criar uma rede coerente de assistência em caso de urgência/emergência.-----

A eficácia da requalificação da rede de urgência irá ser potenciada, de forma relevantíssima, com a próxima entrada em funcionamento do “call center”.-----

Para além da rede de urgência, com os seus diferentes níveis, haverá que considerar também a reorganização do funcionamento dos Centros de saúde.-----

Para estes, iremos dinamizar a sua abertura de 2ª a 6ª feira, das 8h às 20h, sempre que se justifique, havendo a possibilidade, e algumas áreas geográficas de se estabelecer uma “consulta aberta” a funcionar para além das 20 horas, por um período ajustado às exigências que decorram dos critérios anteriormente indicados.-----

O que acabo de expor demonstra a forte vontade do governo e da administração em aumentar a qualidade dos serviços de saúde prestados, racionalizando, ao mesmo tempo, os meios humanos e materiais disponíveis.” -----

**XXVI Colóquio Nacional da ATAM – R:A Açores- Angra do Heroísmo –
Outubro/2006. Boletim de Inscrição**

“A Direcção da ATAM vai realizar o seu XXVI Colóquio Nacional, de 9 a 12 de Outubro, na Região Autónoma dos Açores, na Ilha Terceira, mais concretamente na cidade de Angra do Heroísmo, no seu Centro Cultural e de Congressos Municipal. -----



As inscrições e respectivos pagamentos devem ser efectuados junto da OMITUR – Agência de Viagens e Turismo, LDA, em Santarém, telefone 234 333 828.-----

O Departamento de Formação da ATAM está disponível para prestar quaisquer esclarecimentos sobre a organização deste importante evento autárquico.-----

O Programa definitivo do Colóquio poderá em breve ser consultado no site www.atam.pt e será distribuído com a próxima Revista “O Municipal” mas, desde já, podemos adiantar os seguintes temas, os quais reputamos de grande interesse, actualidade e oportunidade: -----

1. O Financiamento das Autarquias locais: O projecto da Nova Lei das Finanças Locais;-----

2. O Regime da Aposentação dos Funcionários Públicos: Regras Actuais e Perspectivas de Futuro;-----

3. O Programa Nacional de Ordenamento do Território: Repercussões nos Planos Municipais;-----

4. O Plano Tecnológico do governo e o Simplex: Projectos de Modernização nas Autarquias Locais;-----

5. Aquisição de bens e serviços e Empr. De Obras Públicas: O Novo do Código dos Contratos Públicos;-----

6. O SIADAP: Implementação na Administração Local;-----

7. Novo quadro de referência Estratégico Nacional;-----

8. Alteração à Lei de Organização e Processo do tribunal de Contas;

9. A qualidade de Vida e a Segurança nas cidades. -----

Assim, muitos gostaríamos de contar com a presença do Senhor Presidente e de outros deputados Municipais e funcionários, no Colóquio de Angra do Heroísmo, cidade património da Humanidade, pelo que junto envio a V. Ex.ª o boletim de Inscrição, caso pretenda participar no referido evento”.-----

Hospital Sousa Martins – Conselho Consultivo

“Nos termos do decreto-lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeadamente dos seus artigos 16º a 18º de entre os órgãos dos hospitais do sector público administrativo, está prevista a existência de um Conselho Consultivo a quem compete acompanhar a actividade do Hospital e formular recomendações tendo em vista o melhor



funcionamento dos serviços prestar às populações, considerando os recursos disponíveis.-----

Integram este órgão, entre outros membros, os representantes das três Assembleias Municipais dos Municípios com maior número de utentes no triénio imediatamente anterior.-----

Pelo exposto e porque o concelho de Pinhel é um dos três com maior número de utentes desta Instituição, solicito a V. Ex.^a se digne indicar a este Conselho de Administração o nome do representante da Assembleia Municipal que irá integrar o conselho Consultivo para o próximo triénio.-----

O Senhor Presidente da Mesa aproveitou o momento e, uma vez que a Comissão da Saúde, bem como todas as outras ainda não foram constituídas, porque os restantes grupos parlamentares do PS/CDS e CDU ainda não apresentaram o nome dos seus representantes para cada Comissão, propôs que o representante do Município de Pinhel no Conselho Consultivo fosse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal como aconteceu no mandato anterior.

De seguida, disse que se existisse algum deputado Municipal que se opusesse a esta sugestão, que aceitaria outra proposta para o representante do Município de Pinhel no Conselho Consultivo do Hospital Sousa Martins, uma vez que é trabalho da Comissão da Saúde.

Continuando, justificou a falta do Senhor Deputado Municipal Carlos Guimarães.

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra, disse que são induzidos em erro, quando interpretam o regimento, nomeadamente, no capítulo que fala das Comissões, afirmando que as Comissões deveriam ser constituídas como foram apresentadas à Mesa da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal esclareceu que cada grupo parlamentar indica o seu representante e depois serão contabilizados segundo o método de H'ont, uma vez que foi assim que o grupo parlamentar do PSD o fez.

De seguida, o Senhor Deputado Carlos Ribeiro disse que o grupo parlamentar do PS utilizou critérios para eleger os seus representantes, uma vez que foram escolhidos



os elementos mais qualificados para cada uma das Comissões, como por exemplo, para a Comissão do ambiente, da saúde, da segurança entre outras.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu, novamente que, o grupo parlamentar do PS, CDU e CDS tem que apresentar os nomes dos seus representantes, para que as Comissões possam ser constituídas, uma vez que escolheram apenas o nome do seu representante para fazer parte de toda a Comissão.-----

Análise e Votação da acta da Sessão do dia vinte e um de Abril de dois mil e seis

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados Municipais: Carlos Ribeiro, Ricardo Avelãs Nunes e Paulo Álvaro.-----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra, disse que não concorda com o facto de a análise e votação da acta vir antes do Período Antes da Ordem do Dia.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que analisado o regimento pela Senhora Directora do Departamento Administrativo e Financeiro constatou-se que a análise da acta deveria vir antes do Período Antes da Ordem do dia.--

Continuando, disse que não leu a acta, reiterando que está em total desacordo com a colocação da análise e votação da acta no período antes da Ordem do dia. -----

Por último, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu o Senhor Deputado Municipal que na Secção III da orientação dos trabalhos da Assembleia Municipal, o artigo 26, n.º 3 “a votação e apreciação das actas, bem como a leitura do expediente e outras informações devem preceder o período de Antes da Ordem do dia”.-

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Após lhe ter sido dada a palavra, saudou os presentes e felicitou a nova Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dra. Maria da Luz Moreira Neves Duarte.-----

Continuando, disse que na última página existiu um lapso, onde consta a intervenção do público deveria ter sido escrito o seguinte: “ que não houve mais assuntos a tratar”.-----



Deputado Municipal Carlos Franco (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra, referiu que na página 39 onde se lê “apostar na construção da paisagem natural” deverá se ler “apostar na conservação da paisagem natural”.-----

Deputado Municipal Paulo Álvaro (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra, saudou os presentes.-----

Continuando, disse que as alíneas do Período da Ordem do dia estão todas trocadas e em sobreposição. -----

De seguida, alertou para o facto de na Assembleia anterior terem sido discutidas as Comissões Parlamentares e, uma vez que a acta não faz referência, não sabe o que ficou decidido sobre as Comissões, solicitando, de imediato, que este pequeno lapso fosse rectificado. -----

O Senhor Presidente da Mesa referiu que a análise deste ponto está referido na acta e que apenas existiu um pequeno lapso na colocação das alíneas.-----

Mais referiu que, na página 41 durante a sua recomendação para o executivo só foi tido em conta um critério de isenção, uma vez que proferiu um outro que não consta em acta, a saber: (...) ou utilizar o número de postos de trabalho a criar no mínimo de 5 como referência, para que numa próxima isenção possa tomar-se em conta. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs à votação a acta.---

Posta à votação foi aprovada, por maioria, com duas abstenções.-----

Período da Ordem do Dia

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados Municipais: Carlos Ribeiro, Ricardo Avelãs Nunes, Carlos Franco, Carlos Romeiro e Paulo Álvaro.-----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS)- Após lhe ter sido dada a palavra, saudou os presentes e, de seguida, disse que está solidário com os habitantes do bairro da Rua da Senhora da Coluna e com todos os Autarcas que se colocam na defesa daquele espaço.-----

Continuando, disse que entende que é uma rua que deve ser salvaguardada na sua estrutura, uma vez que a sua pavimentação é em terra batida, uma vez que existem



ainda alguns vestígios a Norte que foram recuperados pela Câmara Municipal e outros que não o foram, uma vez que existe um fontanário de água da Marofa e um templo Romano em degradação.-----

De seguida, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que olhe para aquele espaço marcado de história, uma vez que deve ser respeitado na sua vertente romana, referindo que a sua pavimentação poderia ser uma réplica da calçada romana, com passeios romanizados, para que se possa percorrer aquela rua.-----

Mais referiu que, o fontanário não deveria ser igual a todos os outros e dada a sua antiguidade deveria ter mais semelhanças com o seu tempo.-----

Continuando, disse que o Largo do Município, mais concretamente, a Rua Dr. João Pinto deveria ser salvaguardada nos seus aspectos de beleza e segurança, uma vez que existe um fantástico miradouro e, assim sendo, deveriam ser construídos alguns bancos, para que as pessoas possam ganhar algum bem-estar interior, dada a paisagem lindíssima que se visualiza naquele local.-----

Disse ainda que, em visita turística à Freguesia de Sorval constatou que na rua principal se está a construir um prédio urbano em pedra, a qual lhe faz lembrar as pedras do Castelo, ficando surpreendido com a inovação de tais obras.-----

Continuando, disse que o que mais o surpreendeu foi o espaço entre as pedras, a insegurança que transmite e o desvio da linha arquitectónica.-----

Finalizou a sua intervenção, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se o projecto e a linha arquitectónica estão a ser respeitados pelos responsáveis da obra, uma vez que está em causa a valorização do património.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal esclareceu que o Município não dispõe de um projecto da Rua da bola e da Senhora da Coluna, uma vez que é um projecto que tem trazido bastantes preocupações, visto que está incluído na intervenção da Zona Histórica de Pinhel.-----

Mais esclareceu que foi um projecto que sofreu duas ou três reformulações do IPAR e que tem trazido alguns constrangimentos financeiros, mas é uma obra que querem candidatar aos fundos comunitários, existindo, por isso, uma grande urgência na sua aprovação.-----

Continuando, disse que existe muita discussão em torno do projecto relativamente, no que diz respeito à pavimentação, uma vez que se sabe que irá ficar em



pedra, imitando a calçada portuguesa, podendo vir a causar problemas em termos de trânsito.-----

Disse ainda que existem também problemas técnicos com as águas fluviais e com os esgotos, uma vez que não têm cotas para o efeito, tendo que se fazer uma parceria com o loteador, junto ao chafariz da água da Marofa. -----

Continuando, disse que a obra só poderá ser colocada a concurso, quando for adjudicada.-----

Finalizou a sua intervenção, referindo que não concorda com a cantaria da casa que está a ser construída no Sorval, uma vez que é uma casa plana e antiga e, deste modo, é contra as argamassas.-----

Deputado Municipal Carlos Franco (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra, fez uma crítica negativa à Assembleia Municipal e sublinhou a nula participação de todos os presentes nas actividades culturais e recreativas do Concelho de Pinhel.-----

Continuando, disse que ninguém se pode recusar a participar nas actividades culturais e recreativas ou outras e depois criticar os Municípios e os governos centrais por nada fazerem pela interioridade, quando nada é feito pela Assembleia para se mudar as mentalidades.-----

Seguidamente, a título de exemplo, referiu que nas Comemorações do 25 de Abril estiveram apenas 7 ou 8 elementos presentes, focando, de imediato, outros eventos onde a participação foi nula ou quase nula.-----

Finalizou a sua intervenção, perguntando se para estarem presentes na cultura e no desenvolvimento e crescimento do Concelho de Pinhel é necessário ter que se dar senhas de presença e de quilómetros.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal referiu que corrobora a sua intervenção.-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Após lhe ter sido dada a palavra, disse que concorda com a intervenção anterior, uma vez que quando está presente em alguns eventos constata a nula participação de todos os presentes nas actividades culturais e recreativas do Concelho. -----



Continuando, disse que a Carta Educativa já foi analisada e discutida em algumas Assembleia Municipais de outros Concelhos, perguntado o que se passa com a Carta Educativa do Concelho de Pinhel.-----

Seguidamente, focou a sua intervenção nos seguintes aspectos:-----

a) Relativamente às escolas, transportes e cantinas escolares perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o que irá acontecer às escolas que foram alteradas, o que irá acontecer às escolas que foram incluídas noutras, o que irá acontecer às escolas que irão encerrar, o que está a ser feito e se irão ser melhoradas as que irão permanecer abertas.-----

b) Quanto à fábrica ROHDE referiu que o Senhor deputado do PCP – Bernardino Soares se deslocou à cidade de Pinhel e à porta da fábrica ROHDE, aquando do anúncio do seu encerramento e interpôs um requerimento ao Senhor Ministro do Trabalho e ao Senhor Ministro da Economia para que respondessem a algumas questões, nomeadamente, ao que estava a ser feito para evitar o encerramento da fábrica ROHDE.-----

Continuando, disse que o Senhor deputado do PCP – Bernardino Soares obteve resposta a 17 de Maio de 2006, quando a fábrica Rohde já tinha encerrado e que o Senhor Ministro da Economia e da Inovação respondeu foi que estava muito atento a toda a situação, que tudo estava a ser feito para evitar o encerramento da fábrica ROHDE, mas que seria uma situação muito complicada de ser resolver, dadas as dificuldades financeiras da empresa, a crise Mundial, a globalização e a competitividade de outras indústrias.-----

Disse ainda que, o Senhor Ministro tinha afirmado que estava em conversações com os responsáveis da empresa, com a Associação de investimentos e com a Autarquia, perguntando, de imediato ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se foi este o procedimento seguido durante o processo de encerramento da fábrica ROHDE.---

Continuando, disse que os investimentos públicos concedidos pelo Ministério da Economia à Empresa ROHDE, através do IAPMEIA ultrapassaram os € 496.000,00 (quatrocentos mil novecentos e seis euros).-----

Mais referiu ainda que o deputado do PCP – Bernardino Soares perguntou na carta que enviou ao Senhor Ministro da Solidariedade e do Trabalho o seguinte: prevendo-se o encerramento da fabrica como se irá minimizar o problema de



desemprego já tão acentuado no Concelho e como se irão criar novos postos de trabalho.-----

Seguidamente, disse que o Senhor Ministro da Solidariedade e do Trabalho respondeu que para além dos programas ocupacionais e das acções de formação que estão a ser criadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, o baixo nível de escolaridade e a baixa qualificação profissional dos desempregados, o facto de predominarem mulheres, o facto de a região se caracterizar por um frágil dinamismo económico, o facto de existir uma notável escassez de oportunidades de emprego, dificultaria uma rápida reinserção profissional no nosso Concelho.-----

c) Quanto à campanha eleitoral da CDU, o Senhor Deputado Municipal referiu que foi prometido que se deslocaria às Freguesias para se inteirar de todos os problemas, informando que se deslocou à Freguesia de Alverca da Beira, tendo comunicado ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia que se iria lá deslocar para ter conhecimento dos reais problemas que se esbatem sobre a sua Freguesia.-----

De seguida, o Senhor Deputado Municipal deu conhecimento dos problemas que lhe foram transmitidos pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alverca da Beira e, que se mencionam:-----

- a) Inexistência de transportes públicos de Alverca da Beira para Pinhel provocada pelo encerramento da fábrica ROHDE e, assim sendo, as pessoas desempregadas ou não desempregadas não se podem deslocar para as acções de formação ou para a cidade de Pinhel;-----
- b) inexistência de um lar de idosos, uma vez que existe um notável envelhecimento da população ;-----
- c) Provável encerramento do posto clínico;-----
- d) Deficiente recolha de lixo e deficiente lavagem dos contentores, uma vez que a privatização dos serviços nem sempre é o melhor caminho;--
- e) Existência de uma ETAR a funcionar a cinco metros da escola primária da Freguesia, onde são cultivadas leguminosas para abastecer a cantina escolar da escola;-----
- f) Cruzamento de Almeida irá sofrer uma alteração com a Estrada que se está a construir;-----
- g) Para quando a finalização da Estrada Pinhel/Vila Franca das Naves e para quando a finalização das obras na Avenida Carneiro de Gusmão,



uma vez que na acta da última Assembleia Municipal constava que o seu atraso se devia à indefinição do candeeiros e, visto que os mesmos já foram colocados não se justifica o atraso das obras de conclusão;---

- h) Por que razão ainda não foi solucionada a inexistência de iluminação e o amontoado de lixo na Rua que irá dar acesso ao novo Centro de Saúde;-----

Continuando, recomendou, novamente, ao Senhor Presidente da Mesa que as actas da Assembleia Municipal fossem colocadas no site da Câmara Municipal.-----

Finalizou a sua intervenção, referindo que visitou alguns sites das outras Câmaras Municipais e, constatou que têm um “Linking’s informático” onde os Municípios deixam as suas sugestões e as suas reclamações e, deste modo, sugeriu que fosse criado um site igual também na Câmara Municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal esclareceu que a Carta Educativa está a ser elaborada com a Associação de Municípios da Cova da Beira com a colaboração dos técnicos Municipais e, uma vez que não querem que seja uma carta recalcada de outros Concelhos está um pouco atrasada.-----

Continuando, disse que as matriculas estão numa fase final e só depois é que se poderá fazer a rede dos transportes escolares, bem como o prolongamento escolar, uma vez que neste momento a Câmara Municipal se encontra em reuniões com o educadores de infância e com os encarregados de educação para que se proceda à organização das redes dos transportes até ao final do mês de Julho. -----

Quanto à ROHDE disse que se reuniu apenas com o Senhor Secretário Adjunto da Economia, onde esteve presente por alguns instantes o Senhor Ministro da Economia e o Senhor Ministro do Trabalho.-----

Continuando, disse que o que comunicaram ao Partido Comunista foi o que lhe comunicaram, referindo que solicitou que se houvesse um investimento no Concelho de Pinhel, o Município teria de ser recompensado.-----

Disse ainda que foi debatida a possibilidade de se reduzirem os postos de trabalho em Santa Maria da Feira, mas que a resposta tinha sido negativa.-----

Mais referiu que se têm feito muitas diligências em muitas empresas multinacionais.-----



Informou ainda que um investidor está interessado em instalar uma fábrica de munições de desporto, mas é uma questão muito difícil de se resolver, uma vez que é muito complicado se adquirir o alvará.-----

De seguida, disse que foram enviados para a Administração da ROHDE alguns ofícios, uma vez que uma das cláusulas refere que a Câmara Municipal tem direito a ser recompensada pelos juros.-----

O Senhor Presidente afirmou que protestaram o anúncio que veio nos jornais em que a empresa estaria a aceitar propostas para aquisição das instalações e que tinham recebido 15 dias depois um ofício a informar que poderiam apresentar propostas para aquisição ou arrendamento das mesmas.-----

Seguidamente, esclareceu que não há transportes públicos em Alverca da Beira, uma vez que os que existem são transportes especiais que só poderão transportar alunos.-----

Mais referiu que se está a reorganizar a rede escolar, tentando se passar os circuitos especiais para normais, comportando custos acrescidos para o Município de Pinhel.-----

Continuando, informou que a Câmara Municipal está analisar as propostas que as empresas da Rodoviária e da Rodocôa apresentaram para que todas as pessoas que não têm meios de deslocação para a cidade de Pinhel os possam vir a ter.-----

Quanto aos cuidados continuados, referiu que foram os pioneiros a nível nacional neste tipo de apoio e que todas as Freguesias os têm.-----

Mais referiu que todas as Freguesia reivindicam um lar no Concelho de Pinhel.--

Relembrou ainda que a política do governo anterior não era esta, mas sim a de existir um apoio domiciliário em que as pessoas fossem cuidadas nas sua próprias casas.-----

Continuando, disse que existem privados que estão interessados neste tipo de lares e não na sua construção, uma vez que existem muitos acamados.-----

Quanto ao lixo referiu que é um problema que existe derivado à falta de recipientes, mas que na próxima Assembleia é um problema que terá que ficar resolvido, uma vez que existe um regulamento de taxas que está para discussão pública.-----



Continuando, reiterou que tem que existir uma mudança de mentalidades, uma vez que as pessoas continuam a utilizar indevidamente os contentores do lixo, custando ao Município de Pinhel €25,00 (vinte e cinco euros) mais iva, por dia.-----

Disse ainda que na altura dos imigrantes a recolha é reforçada, uma vez que o lixo duplica. -----

Quanto ao cultivo junto da ETAR referiu que é um problema psicológico.-----

Relativamente ao cruzamento de Almeida e à Estrada Pinhel/Franca da Naves referiu que a sua conclusão estará prevista para finais do mês de Julho, mas que não irá ser concluída em finais de Julho, porque não concordam com a solução do projecto, tendo sido reivindicada a alteração dos cruzamentos para rotundas por parte da Câmara Municipal, uma vez que alguns deles são muito perigosos, nomeadamente, o cruzamento da Malta.-----

Continuando, disse que os técnicos da empresa “Estradas de Portugal” e os técnicos revisores do projecto não concordam com esta proposta.-----

Mais referiu que já terão sido aprovadas as rotundas, desde que a Câmara Municipal suporte a manutenção e a electrificação das mesmas.-----

Disse ainda que, outro problema é o caminho da Malta que dá ligação a Souropires, uma vez que o Município não permite a abertura da variante sem que a passagem superior seja construída, o que já foi comunicado ao Senhor Director de estradas.-----

Mais referiu que na Avenida Carneiro de Gusmão existe o problema da deslocação do quiosque, o qual irá ser deslocado para a antiga casa do Magistrados e, assim sendo, a rotunda tem de ser alterada, uma vez que as pessoas que vêm da Avenida Carneiro de Gusmão não podem ir em frente.-----

De seguida, disse que terão de ser feitas outras alterações previstas no projecto, nomeadamente, as redes de rega da cidade, uma vez que existe a possibilidade de se aproveitar o sistema de abastecimento de água vinda do Côa que nada tem a ver com o abastecimento público. -----

Quanto ao prolongamento da rede de gás na Avenida Carneiro de Gusmão referiu que estava previsto um depósito para abastecer o Pavilhão Multiusos, mas neste momento irá se deslocar o depósito para a rede de gás da Avenida Carneiro de Gusmão.-----



Continuando, disse que irão passar a rede de gás para o outro lado, com o objectivo de não se mexer nos passeios.-----

Referiu ainda que também não estava previsto se mexer nos lancis, mas terá que se mexer, porque senão iriam ficar diferentes do novo tapete que irá ser colocado.---

Disse que a segunda camada do tapete da Avenida será colocada até finais do mês de Julho e que serão ainda tirados os postos antigos que são da responsabilidade de EDP.-----

Quanto à rua que irá dar acesso ao novo Centro de Saúde, o Senhor Presidente referiu que o loteamento do Senhor José Cavaleiro é um loteamento particular, faltando-lhe apenas fazer a rede de electrificação e colocar o pavimento apenas numa parte que ainda não está pavimentada.-----

Finalizou a sua intervenção, referindo que concorda com o facto de as actas da Assembleia Municipal sejam também colocadas no site da Câmara Municipal.-----

Deputado Municipal Carlos Romeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra, o Senhor Deputado saudou os presentes.-----

Continuando, saudou publicamente a Selecção Nacional, os seus dirigentes e o seleccionador Luís Filipe Scolari, salientando o seu esforço e empenho neste evento, onde defendem tão bem um povo e o orgulho de se ser Português.-----

Disse ainda que não diz o mesmo dos governantes que comandam o destino dos Portugueses, concordando com o Deputado Municipal Carlos Franco quando referiu que existe uma enorme necessidade de se mudar as mentalidades, uma vez que o interior é igual ao Porto ou Lisboa.-----

Mais referiu que em nome da democracia tudo se faz em prol de Bruxelas, pois querem acabar com as reformas, acabar com os funcionários públicos, fazer cortes nas despesas públicas, advindo daqui a lei da mobilidade.-----

Seguidamente, referiu que olhando para os jornais e, como aconteceu com o encerramento da fábrica ROHDE, acontecerá o mesmo à empresa “General Motar’s”, da Azambuja, uma vez que se nota a incapacidade dos governantes negociarem com os responsáveis da direcção da referida empresa.-----

Relembrou, ainda que a fábrica ROHDE é um espaço enorme com grande iluminação, onde se cria a ilusão de que nada aconteceu e que continua a ser um local onde a laboração continua a existir.-----



Continuando, criticou os responsáveis pela empresa ROHDE, uma vez que não se preocupam com a atracção turística, nem se preocupam em transformar aquele espaço num museu do calçado, podendo, deste modo, trazer alguma rentabilidade para o Concelho de Pinhel.-----

Salientou ainda a enorme degradação das vias terrestres, as quais em seu entender trazem algum constrangimento para o Concelho de Pinhel.-----

Referiu ainda que na Rua de São Tomé e Príncipe existe falta de sinalização de sentido único, visto que os habitantes da referida rua saem com os seus carros por trás das suas garagens, entrando na Rua de Macau.-----

Disse também que gostava de ver passeios com árvores, na Avenida Frederico Ulrich, uma vez que na sua opinião a rua é “ a sala de visitas da cidade de Pinhel”.----

Finalizou a sua intervenção, referindo que o Presidente da Associação dos Municípios Portugueses proferiu um discurso infeliz contra os funcionários do Ambiente, uma vez que é uma clara contradição em matéria ambiental, perante a sua obra a Cidade de Viseu, pois não conhece ninguém que tenha feito melhor em prol do ambiente.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal esclareceu que no mandato anterior apresentou um plano de reflorestação da Avenida Frederico Ulrich aos Senhores Vereadores, mas não foi aprovado, uma vez que entenderam que os passeios não comportavam árvores, pois seria muito polémico colocar árvores na referida Avenida, mas em seu entender ficaria uma alameda muito bonita.-----

Continuando, disse que apresentou também um plano de reflorestação dos bairros da cidade ao executivo, mas também não foi aprovado, porque o executivo Municipal entendeu que iria prejudicar as vivendas dos Munícipes. -----

Deputado Municipal Paulo Álvaro (PSD);- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes.-----

Continuando, disse que tem tido conhecimento que os munícipes que fazem o pagamento da água, através do Multibanco não recebem os recibos em suas casas, uma vez que é um direito destes e um dever da Câmara Municipal os enviar.-----

Seguidamente, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que explicasse o ponto de situação em que se encontra o projecto de Requalificação da Praça



Sacadura Cabral, uma vez que existiu uma discussão pública e sabe que irá existir uma segunda discussão, lamentando a insistência no erro.-----

Deste modo, o Senhor Deputado perguntou se irá existir realmente uma segunda discussão, qual é o ponto da situação e o que pretendem com esta zona urbana que é o “ex-librys” do Município de Pinhel, uma vez que teve conhecimento que o projecto da Rua da República já estava adjudicado.-----

Quanto à Carta Educativa referiu que pretende saber se está feita ou o porquê de ainda não estar elaborada, uma vez que se pressupõe que seja um instrumento que define a política educativa de um Município.-----

Continuando, disse que teve conhecimento que em Maio decorreu uma reunião com a Associação de Municípios da Cova da Beira, onde foram apresentadas as linhas orientadoras da futura Carta Educativa de Pinhel e de todos os outros todos, visto que está a ser recalcada.-----

Finalizou a sua intervenção, referindo que seria um trabalho a apresentar ao Ministério da Educação, pois existiria a reivindicação dessa tutela, solicitando, que lhe seja explicado o que está feito e o que está a ser feito.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal esclareceu que o problema do pagamento está a ser resolvido, mas que é um problema que não é fácil resolver, uma vez que o sistema é de leitores cobradores.-----

Mais referiu que quando os leitores cobradores passam pela casa do Municípes, os recibos muitas das vezes ainda não tem chegado.-----

Continuando, disse que a única solução é enviar via carta, estabelecendo-se um acordo com os CTT, como acontece com a Câmara Municipal de Almeida.-----

Mais referiu que as leituras serão passadas para uma consola pelos leitores cobradores e, mais tarde, passadas para os computadores.-----

Mais referiu que existe na Câmara Municipal uma remodelação nos serviços e que irá passar um técnico de gestão para ajudar a tratar deste problema, o qual irá ser resolvido a curto prazo, com o objectivo de se evitarem mais reclamações.-----

Continuando, disse que a Câmara Municipal adjudicou a maquete da praça Sacadura Cabral e depois ser exposta voltaria a ser colocada à discussão pública.-----

Seguidamente, referiu que não é intenção do Município, uma vez que não existem verbas para o efeito, enquanto não estiver aprovada.-----



Disse ainda que se encontra em execução e que irá ser colocada à discussão pública e, uma vez que se nota uma urgente intervenção poderá não chegar ao fim, em termos de execução, visto que o executivo Municipal sabe da sensibilidade que as pessoas têm relativamente a este espaço.-----

Mais referiu que a Rua da República está adjudicada, uma vez que o levantamento é da responsabilidade da Câmara Municipal, faltando apenas entregar esse mesmo levantamento.-----

Finalizou a sua intervenção, referindo novamente que a carta Educativa está atrasada, existindo outras cartas, como por exemplo, a carta de ruído que já foi distribuída e a carta desportiva que irá ser analisada e discutida futuramente.-----

Período da Ordem do Dia

B) Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira

Sr. Presidente da Câmara Municipal: “O tempo que se avizinha não é nada promissor para o concelho de Pinhel e a não sê-lo para o concelho de Pinhel não o será certamente para o Distrito da Guarda.-----

Os anúncios que temos acompanhado pela Comunicação Social, das medidas anunciadas pelo Governo vão penalizar fortemente o Concelho de Pinhel.-----

Como todos sabemos, grande parte da nossa actividade económica depende dos vários serviços que estão instalados na sede do Concelho e que se propõem retirar-nos.-----

Se o encerramento da Rohde, nos trouxe e nos vai trazer problemas sociais gravíssimos, não menos preocupante é o anúncio do encerramento do Serviços de atendimento Permanente Nocturno, O encerramento do tribunal, O encerramento dos serviços da Telecom, as escolas, os Jardins-de-Infância e outros que ainda existem, embora com menos expressos poderão vir a ser encerrados. Temos que concluir que para o concelho de Pinhel será um duro golpe para o seu desenvolvimento e um acentuar da desertificação.-----



Com tais medidas o desequilíbrio regional cada vez há-de acentuar mais, fazendo com que o nosso concelho se esvazie de uma forma célere, advindo daí consequências negativas mesmo em termos financeiros.-----

Assim solicitava a todos os Senhores Deputados Municipais que subscrevessem o documento que seguidamente passo a ler.-----

Da gestão da Câmara Municipal continuamos, a dar andamento às obras que estavam em curso, com a possibilidade de dar início às seguintes obras:-----

- 1. RAADE do Sorval;*-----
- 2. RAADE de Póvoa D'El Rei; -----*
- 3. RAADE do Carvalho (Atalaia);*-----
- 4. Rectificação e Pavimentação da Em 595 – Troço de Pala – Santa Eufémia;*
- 5. Rectificação e Pavimentação da ligação entre a EN 226 e EN 221 – Ervas-Tenras – Freixedas;*-----
- 6. Rectificação e Pavimentação do ramal de ligação entre a EN 226 e EN 221 – Prados - Ervas-Tenras;*-----
- 7. Rectificação e Pavimentação da ligação entre safurdão – Pínzio;*-----
- 8. Rectificação e Pavimentação da EM 595 – Troço Santa Eufémia – Sorval – Póvoa D'El Rei;*-----
- 9. Rectificação e Pavimentação da EM 595 – Troço Póvoa D'El Rei – Reigadinha – EN 226;*-----
- 10. Rectificação e Pavimentação do ramal de ligação da EN 226 e EN 221 – João Durão - Espedrada;*-----
- 11. Temos em análise a possibilidade da transferência da gestão da Residência de Estudantes para o Município; -----*
- 12. Leilão da Pinhelcoop;*-----
- 13. Apresentação de propostas para a aquisição das Instalações da ROHDE.*

Termino reafirmando, que os tempos que se avizinham serão muito difíceis para todos nós.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal procedeu à leitura do processo administrativo n.º 56º/2006 da Reorganização do Mapa Judiciário do País, o qual irá ser entregue ao representante do Ministério Público da Comarca de Pinhel, ao Senhor



Primeiro Ministro e ao Senhor Presidente da República, documento n.1 que aqui se dá como integralmente reproduzido e o qual se anexa à presente acta.-----

Continuando, disse que já foi subscrito por todos os Senhores Presidentes de Junta.-----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o seguinte esclarecimento: quanto à gestão das obras que aqui estão inventariadas na Comunicação escrita, onde consta rectificação e pavimentação do ramal de ligação à 226 – 221 Prados/Ervas Tenras, pressupõe-se que se esteja a falar da ligação que liga Ervas-Tenras a Prados e as Ervas-Tenras à Estrada Nacional até à 340 e que a 221 esteja muito longe da 226.-----

Continuando, disse que quando leu na Comunicação escrita Rede de esgotos na Freguesia de Sorval, freguesia sobre a qual falou no Período de Antes da Ordem do Dia, acerca da construção de um prédio urbano, a qual lhe despertou agora a insegurança que as máquinas podem provocar para aquela casa, onde se visualizam grandes espaços nas paredes.-----

Disse ainda que as paredes deveriam ser desfeitas e que a linha arquitectónica, em termos de projecto não foi respeitada, porque em consonância como o Senhor Presidente afirmou também não concordar com as argamassas neste tipo de construção, defendendo que se deve respeitar a linha aruitectónica.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal esclareceu que não é lapso nenhum e que a 226 e a 221 irá ser mesmo “apanhada” no Carvalhal.-----

Presidente de Junta de Freguesia de Pala António Manuel Saraiva:- Após lhe ter sido dada a palavra, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se é mesmo esquecimento ou se é para não fazer o troço Pala/Ervas – Tenras.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Presidente de Junta esclareceu que está previsto o ramal de ligação à 221 ou à 226.-----

Deputado Municipal Paulo Álvaro (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra, referiu que se apercebeu que é intenção da Câmara Municipal comprar ou adquirir as instalações da ROHDE, não concordando com a aquisição das mesmas por parte da



Câmara a qualquer preço, ou seja, sem nenhum objectivo e nenhuma intenção específica é um erro de gestão, uma vez que se estará a endividar o Município.-----

Continuando, disse que não concorda com a aquisição para se fazerem os armazéns Municipais, uma vez que o que o Concelho precisa é de postos de trabalho.----

Mais referiu que não é com a criação de armazéns que se vai “engordar” os recursos humanos de forma desmesurada, pois existe a legislação e a lei das finanças locais, sobre as quais não se poderá passar em falso.-----

Disse ainda que só concorda com a aquisição das instalações se forem vendidas por um preço simbólico, o qual não permite que o Município se endivida tanto.-----

Continuando, disse que a perspectiva de aquisição deveria passar pela disponibilidade a título de arrendamento para criação e instalação de actividades económicas.-----

Finalizou a sua intervenção, referindo que o que o Concelho precisa é de postos de trabalho, uma vez que enquanto o Centro de Emprego estiver a conceder o subsídio de emprego e estiver a integrar as pessoas em acções de formação, a crise não se fará ressentir tão drasticamente, sugerindo que o executivo pense e salvede os interesses do Município a longo e médio prazo.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado esclareceu que concorda com o Senhor Deputado Municipal.-----

Continuando, disse que o executivo Municipal tem a mesma opinião, mas logicamente a Câmara Municipal não irá comprar as instalações só por comprar, uma vez que sabem muito bem quanto custam as referidas instalações.-----

Disse ainda que as instalações serviriam para a Câmara Municipal construir um estaleiro Municipal, para a gestão dos stocks, uma vez que a Câmara Municipal não tem nenhum, embora a lei o exija.-----

Mais referiu que conhecem muito bem a capacidade financeira da Câmara Municipal e, por isso, todas as propostas que o Município virá a fazer serão indeferidas, uma vez que não possui €5.000.000,00 (cinco milhões de euros).-----

Seguidamente, disse que se o Município comprar as instalações sabe muito bem o que se irá fazer ou impleantar, servindo, deste modo, para a instalação de micro-empresas, para o estaleiro que a Câmara Municipal, entre outras coisas mais.-----



Deputado Municipal Manuel Cruz (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra, disse que subscreve a intervenção anterior no seu conteúdo, mas não na sua forma.-----

Continuando, formulou as seguintes questões:-----

- a) O que irá ser feito da ROHDE?-----
- b) Qual é a opinião da Câmara Municipal sobre o leilão da PinhelCoop?-----
- c) O que irá ser feito da Residência de Estudantes?-----

Disse ainda que o espírito do governo é economicista e o seu objectivo é levar o interior à sua extinção, visto que o recurso a vigílias é tempo perdido, existindo a necessidade de se lutar para que a “nossa terra” não seja levada para o esquecimento.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado sobre o leilão da PinhelCoop lembrou todo o investimento financeiro que a Câmara Municipal colocou na PinhelCoop, instalações essas que acabaram por não fazer parte do património da Câmara Municipal.-----

Mais referiu que a Câmara Municipal estará presente no mesmo, esperando que os lances não sejam superiores aos que estão previstos.-----

Continuando, disse que a Direcção Regional propôs que a gestão da Residência passasse para a Câmara Municipal.-----

Disse ainda que o executivo Municipal não se opôs que a gestão da Residência passe para a Câmara Municipal, desde que seja celebrado um protocolo com a Direcção Regional de Educação ou com o Ministério da Educação para que fiquem salvaguardados os compromissos de ambas as partes.-----

Mais referiu que o protocolo não existe e que a Direcção Regional propôs que o edifício passasse para a posse do Município de Pinhel, o que irá acontecer, assumindo as mesmas funções que tem até ao momento, com poucos ou muitos alunos.-----

Finalizou a sua intervenção, referindo que a Câmara Municipal poderá gerir a Residência de Estudantes como hotel, pousada entre outras coisas mais, mas em seu entender a sua utilização passará pela instalação da empresa Municipal.-----



b) *Pedido de autorização para a contratação de um empréstimo até ao montante de €981.715,27 (novecentos e oitenta e um mil setecentos e quinze euros e vinte e sete cêntimos) à Caixa Geral de Depósitos*

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a proposta e a aprovação em minuta do pedido de autorização para a contratação de um empréstimo até ao montante de €981.715,27 (novecentos e oitenta e um mil setecentos e quinze euros e vinte e sete cêntimos) à Caixa Geral de Depósitos.-----

Proposta

4. Pedido de autorização para a abertura de concurso destinado à contratação de um empréstimo até ao montante de 981.715,27€ (novecentos e oitenta e um mil setecentos e quinze euros e vinte e sete cêntimos):- Foi presente ao executivo uma proposta de autorização para a abertura de concurso destinado à contratação de um empréstimo até ao montante de 981.715,27€(novecentos e oitenta e um mil setecentos e quinze euros e vinte e sete cêntimos), subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de dezanove de Maio do ano em curso e que se transcreve: -----

“O Município de Pinhel, tem como objectivo o desenvolvimento económico do Concelho e o bem-estar das populações, através da implementação de um conjunto de infra-estruturas, equipamentos e da prestação de serviços, nomeadamente, as seguintes obras: RAADE e pavimentação de Gouveias, construção do Jardim de Infância de Pinhel e beneficiação e rectificação de diversas estradas municipais com ligação a Nacionais no concelho de Pinhel – 1ª fase. -----

Como é sobejamente conhecido, o Concelho de Pinhel é um dos mais carenciados do Interior do País. Certamente que todos queremos ver o nosso concelho na rota do progresso e do desenvolvimento e em pé de igualdade com tantos outros que por vezes nos servem de referência. -----

Dado que a Autarquia não dispõe de Capitais Próprios necessários para financiar o volume de investimentos propostos, necessários para o desenvolvimento do Concelho e o melhoramento das condições de vida da sua população, resta recorrer a fontes externas de financiamento de capital para esse efeito, se não se quiser adiar por mais tempo a resolução de alguns problemas da população. -----



O Orçamento de Estado para 2006, aprovado pela Lei n.º 60- A/2005, de 30 de Dezembro de 2005, impões limites ao endividamento, contudo n.º 7 do artigo 33º, permite excepcionar os empréstimos destinados ao financiamento de projectos com participações de fundos comunitários, desde que obedçam as condições das alíneas a) e b) do n.º 7 do artigo 33º da Lei do Orçamento de Estado. -----

Ao abrigo deste artigo, este Município pretende contratar um empréstimo até ao montante de 981.715,27 € referente a 75% do valor da contrapartida nacional necessária para a execução das obras já anteriormente referidas. -----

De referir que estes empréstimos não são considerados para o cálculo da Capacidade Legal de Endividamento.”-----

Após análise da proposta, o executivo Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do n.º 7, do artigo 33º da Lei n.º 60 - A/2005, de 30 de Dezembro, autorizar a contratação de um empréstimo, no valor de €981.715,27 (novecentos e oitenta e um mil setecentos e quinze euros e vinte e sete cêntimos) e, conseqüentemente abrir concurso, convidando a apresentar propostas as seguintes Instituições Bancárias: Banif, Banco BPI, Millennium BCP, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e Caixa Geral de Depósitos.-----

Aprovação em Minuta

4. Análise das propostas para contratação de um empréstimo no valor de € 981.715,27 (novecentos e oitenta e um mil setecentos e quinze euros e vinte e sete cêntimos):- Foi presente ao executivo uma proposta para a contratação de um empréstimo, no valor de € 981.715,27 (novecentos e oitenta e um mil setecentos e quinze euros e vinte e sete cêntimos), subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 14 de Junho do corrente mês, e que se transcreve: -----

“No seguimento da deliberação tomada em dezanove de Maio do corrente ano, e de acordo com o relatório de apreciação das propostas para a contratação de um empréstimo, no valor de € 981.715,27 (novecentos e oitenta e um mil setecentos e quinze euros e vinte e sete cêntimos), do quadro comparativo sobre as condições praticadas pelas Instituições de crédito concorrentes e do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, proponho que se adjudique a contratação de um empréstimo à Caixa Geral de Depósitos, S.A, destinado ao fim referenciado, na opção de prestação trimestral.-----



Mais proponho que, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 e no n.º 7º do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro seja solicitada à Assembleia Municipal a necessária autorização.”-----

Após análise do processo, o executivo Municipal deliberou, por unanimidade, e em minuta, adjudicar à Caixa Geral de Depósitos, S.A, a contratação de um empréstimo, no valor de €981.715,27 (novecentos e oitenta e um mil setecentos e quinze euros e vinte e sete cêntimos).-----

Mais deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 e no n.º 7º do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro solicitar à Assembleia Municipal a necessária autorização.-----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados Municipais: Carlos Ribeiro, Ricardo Avelãs Nunes e Paulo Álvaro.-----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra, o Senhor Deputado Municipal referiu que quando se pede à Assembleia Municipal que sancione este pedido de empréstimo à entidade seleccionada não se irá dizer sim ou não de forma espontânea.-----

Continuando, perguntou se a capacidade de endividamento da Câmara Municipal é de €889.442,00 (novecentos e oitenta e nove mil quatrocentos e quarenta e dois euros).-----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a capacidade de endividamento ronda os cerca de €900.000,00 (novecentos mil euros) e que o empréstimo não tem nada a ver com a capacidade de endividamento, mas sim com o contrato programa que a Câmara elaborou com o Senhor Director dos Transportes para a rectificação das estradas.-----

Continuando, disse que só poderá ser feito, quando todas as obras estiverem aprovadas e homologadas, em termos de fundos comunitários, uma vez que nada contam para a capacidade de endividamento.-----

De seguida, o Senhor Deputado referiu que como jurista não leu a protecção e a viabilidade legal em que se apoia a proposta .-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que tinham cerca de € 900.000,00 (novecentos mil euros) de reteio na Administração Local, podendo a



Câmara Municipal pedir cerca de €1.000.000,00 (um milhão de euros), mas não o fez para não aumentar a capacidade de endividamento e, assim sendo, em vez de aumentar, diminuiu.-----

O Senhor Deputado referiu que concorda com a ambição por parte da Câmara Municipal em executar as obras que inventariou para o bem-estar de todos os Municípios.-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Após lhe ter sido dada a palavra, o Senhor Deputado Municipal referiu que concorda com a intervenção anterior e confia e acredita que este empréstimo não faz parte da capacidade de endividamento.-----

Continuando, perguntou se os cerca de € 900.000,00 (novecentos mil euros) chegam para concluir todas as obras, uma vez que todos nós conhecemos as derrapagens que este tipo de obras têm.-----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se está a falar de obras de fundos comunitários que podem ter participações de 70% a 75% e de outras obras que podem ter uma participação de 50%.-----

Continuando, disse que o protocolo que a Câmara Municipal assinou com o Senhor Ministro dos Transportes foi as rectificações das estradas que colocaram a concurso, faltando a homologação da 2ª tranche.-----

Disse ainda que a candidatura apresentada se irá fazer por 2 fases, uma vez que existem 7 troços por rectificar e o que foi celebrado o protocolo, por causa da desclassificação das estradas nacionais que passaram para o Município de Pinhel.-----

De seguida, disse que e, de acordo com a lei a Câmara Municipal poderá ficar com alguma parte do dinheiro dessas estradas.-----

Continuando, disse que fez a candidatura à medida I.6 da ligação da 226 à 221 e esse foi o motivo pelo qual aqui está presente e a ser discutido.-----

Mais referiu que só se pode pedir 75% dos 50% que cabe à Câmara Municipal, informando que a candidatura ao INH da Fundação Salazar foi aprovada, com um investimento de cerca de € 300.000,00 (trezentos mil euros) em que 50% advêm de fundos perdidos e os outros 50% terão de ser pagas, através do recurso a um empréstimo.-----



Deputado Municipal Paulo Álvaro:- Após lhe ter sido dada a palavra, referiu que a capacidade de endividamento é uma coisa e o endividamento real da Câmara Municipal é outra coisa completamente distinta.-----

Continuando, disse que alertou para o problema do endividamento em todas as Assembleias Municipais, uma vez que é um problema de recursos das Autarquias do interior, porque para fazerem obras têm que se endividar.-----

Disse ainda que não está em causa o empréstimo, uma vez que as obras têm de ser feitas e de ser pagas, referindo que não poderá ser este o caminho a seguir futuramente, porque assim a Câmara Municipal estará sempre a se endividar.-----

Seguidamente, referiu que a nova lei das finanças locais vem pouco a pouco reduzir as transferências para a Câmara Municipal, uma vez que coloca uma percentagem na cobrança do IRS, perguntando, de imediato, quais são as receitas destes concelhos despovoados e qual é o peso do IRS.-----

Mais referiu que os 5% permitem que a Câmara Municipal cobre 2% e se não cobra os 3% não tem receita e se os cobra fica com o sentimento de culpa perante a população, independentemente se conta ou não para a capacidade de endividamento.----

O Senhor Presidente em resposta ao Senhor deputado Municipal disse que não conta para a capacidade de endividamento.-----

Continuando, disse que ou se aproveita o dinheiro que é dado através dos fundos comunitários ou então a única solução é contraírem-se empréstimos para a finalização das obras ou então poder-se-á não recorrer ao empréstimo e, assim sendo, não se concluem as obras, diz-se aos empreiteiros que parem com as obras, tendo depois que se recompensar os empreiteiros em 20% da adjudicação.-----

Seguidamente, referiu que o problema não é deste quadro comunitário, porque o quadro deste ano ainda é sustentável, uma vez que toda a capacidade de candidaturas está esgotada, esclarecendo que as candidaturas que estão para aprovar são a candidatura da zona industrial, a candidatura da Rua da Bola e os contratos-programa de algumas estradas, o IPLB (remodelação da biblioteca) e a rede de arquivos que já foi transferido para 2007/2008, por não existir capacidade financeira.-----

Continuando, disse que é necessário ver o que é melhor para o Concelho de Pinhel, uma vez que o Município tem que arranjar receitas, as quais poderão advir das energias renováveis eólicas, mas o problema é que só algumas empresas têm o alvará para a sua instalação.-----



Continuando, disse que a Câmara Municipal tem vindo a reivindicar as energias das minihídricas, visto que não se têm a mesma percentagem dos 25%, uma vez que quando vier o ónus vem para a Câmara Municipal.-----

Disse ainda que o que interessa à Câmara Municipal é a passagem dos 75% para os 80%, colocando a seguinte questão: como será que se irá arranjar o dinheiro.-----

Finalizou a sua intervenção, referindo que a resolução do problema não passará pelo IMI, nem pelas taxas de água, nem pelas taxas do lixo, afirmando que a lei tem que ser alterada e que a solução passará por colocar fábricas no interior, visto que existem muitos métodos de selecção, não entendendo a razão pela qual não é instalada nenhuma fábrica no interior e no Concelho.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a alínea b) à votação.-----

Posta à votação, foi aprovada, por maioria, com um voto contra.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a aprovação em minuta à votação.-----

Posta à votação, foi aprovada, por unanimidade .-----

Proposta de reestruturação Orgânica do quadro de pessoal do Município

O Senhor Presidente da Mesa explicou que existiu uma falha e que deveria ter sido referido na convocatória que o documento se encontrava para consulta na Câmara Municipal, sendo facultados em disquete, CD ou papel. -----

Mais referiu que nos mandatos anteriores, os documentos volumosos não eram distribuídos, solicitando que para as futuras Assembleias e para que esta falha não se volte a repetir, seja colocado na convocatória que o documento se encontra para consulta na Câmara Municipal ou no site da Câmara Municipal.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia sugeriu que se deveria fazer uma proposta para a alínea c) ser retirada da Ordem de Trabalhos.-----

Posta à votação, foi aprovada, por maioria, com uma abstenção.-----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa leu a proposta.-----



Proposta

“Não tendo sido facultada a consulta da documentação necessária para apreciação da alínea c) do Período da Ordem do dia da reunião da Assembleia Municipal conforme exigido no artigo 87º, n.º 2 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual e no artigo n.º 3 do artigo 26 do regimento, o grupo parlamentar do PSD propõe à Mesa da Assembleia que este ponto seja retirado da Ordem do dia da presente reunião.”-----

O Senhor Vereador Rui Ventura esclareceu que a Câmara Municipal não vê nenhum inconveniente de alínea c) ser discutida e analisada numa próxima Assembleia Municipal, uma vez que a Câmara Municipal não está dependente do quadro de pessoal.-----

Intervenção do Público

Relativamente a este ponto da *Ordem de Trabalhos*, não houve outros assuntos para tratar. -----

Encerramento: Quando eram dezoito horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão e para se constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Eng. José António Sales Gomes cujos trabalhos coordenou e por nós, Dr.^a Angela Maria Pinheiro Branquinho Guerra e Prof. Manuel Júlio Santos Saraiva, que na qualidade de secretários a redigimos com a colaboração da funcionária da Autarquia, Sandra Marisa Martins Amaral.-----